

QUESTÃO 21.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

Um grupo de recursos dirigidos à questão evidencia, de modo geral, divergências quanto às afirmações de que seria possível identificar, no projeto original de Palmas, referências aos projetos de Brasília e Goiânia, bem como às novas cidades inglesas das décadas de 1960 e 1970, configurando, assim, um fato que tornaria a alternativa apontada como gabarito preliminar incorreta e, por conseguinte, deveria conduzir à anulação da questão. Por sua vez, outro grupo de recursos advoga a alteração do gabarito para a letra ‘A’, uma vez que o projeto original de Palmas teria sido concebido, de fato, com base no projeto de Brasília.

JUSTIFICATIVA:

Em uma primeira e fundamental aproximação às justificativas que se fazem necessárias, cumpre esclarecer que a questão em tela, para além de atender plenamente ao conteúdo programático do Edital associado à Prova de Conhecimentos Regionais – particularmente o item 2: História e Geografia de Palmas, urbanização e sociedade – visa contribuir para ampliar e qualificar o debate em torno do significado do projeto original de Palmas, em que pese as limitações atreladas a uma questão de concurso público. Ao futuro servidor público da Prefeitura de Palmas, mas não só a ele, faz-se mister ter contato com discussões mais criteriosas, do ponto de vista acadêmico-científico, a fim de, precisamente, ampliar e qualificar o entendimento, buscando ir além das opiniões e informações do senso comum, que não raro atribuem ao projeto original de Palmas, rótulos como “cópia de Brasília”. Aí reside o ponto-chave de nossa argumentação, qual seja, separar o que é o conhecimento originado no senso comum – que deve ser respeitado, especialmente sob a ótica da formação cultural local – do conhecimento científico, fruto de pesquisas e estudos embasados por um rigoroso conjunto de métodos e técnicas, cujo compromisso fundamental é o confronto de estudos, teorias e informações preliminares para o avanço contínuo do processo de construção do conhecimento. Trata-se, pois, de um dos compromissos assumidos quando da elaboração de uma prova de Concurso Público.

Nestes termos, o projeto urbanístico original de Palmas não pode ser equivocadamente rotulado como cópia de Brasília, uma vez que há diferenças relevantes entre os dois projetos, não apenas em termos de temporalidade, mas de princípios adotados. Citamos, inicialmente, a importante obra de Velasques (2010), cuja tese de doutorado ajuda, de modo singular, a entender o significado do projeto de Palmas no seu tempo e seu lugar. Sob esta perspectiva, cabe sublinhar que os arquitetos urbanistas responsáveis pelo Plano da capital tocantinense, Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, não propuseram um plano de massas, tal qual adotado pelo projeto de Brasília, tampouco adotaram o zoneamento de funções urbanas semelhante ao da capital federal, marcado pela rigidez excessiva. Ademais, a concepção original das superquadras de Brasília também difere substancialmente das características das quadras de Palmas, reforçando a questão das diferenças de distribuição das funções (residencial, comercial, industrial, serviços e administrativa) no espaço urbano das duas cidades.

Entretanto, se o radicalismo embutido na comparação rasa entre os projetos urbanísticos de Palmas e Brasília evidencia explícita fragilidade teórico-conceitual, a sua versão oposta, qual seja, a de que não é possível encontrar referências no projeto de Palmas às experiências de Brasília e Goiânia, também se faz presente. Novamente recorrendo ao trabalho de Velasques (2010), a adoção de dois eixos principais no projeto de Palmas, um no sentido norte-sul, outro no sentido leste-oeste (respectivamente representado pelas avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek) encontra referência direta à concepção urbanística do Plano Piloto de Brasília e seus Eixos Rodoviário e Monumental. No encontro de ambos os eixos, uma grande e monumental praça, destinada a abrigar os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Assim, qualquer semelhança entre a Praça dos Girassóis e a Praça dos Três Poderes não pode ser encarada como “mera coincidência”. Trata-se, pois, de mais uma clara referência.

Em relação às referências do projeto de Palmas à experiência de Goiânia, além da supracitada tese de doutorado de Velasques (2010), o artigo de Daher (2009) traz elementos significativos que auxiliam na compreensão do significado do projeto de Palmas, ao destacar que o traçado viário do projeto da capital do estado de Goiás – tipicamente uma malha ortogonal, assemelhado a um tabuleiro de xadrez – caracteriza-se pela racionalidade, sobriedade e plena integração ao sítio. Vale lembrar que estas características são amplamente destacadas pelos autores do projeto de Palmas no Memorial do Plano (1989), a fim de conferir uma “simplicidade quase didática” à concepção do desenho urbano de Palmas. Em adição, Daher (2009) lembra que a Praça Cívica de Goiânia foi projetada com o objetivo de enaltecer a visão do morador em direção ao Centro Administrativo – fato que se observa facilmente em relação ao local escolhido para a construção da Praça dos Girassóis e seu significado no projeto.

Por fim, no que diz respeito à validade da comparação do projeto de Palmas com as novas cidades inglesas das décadas de 1960 e 1970, cumpre sublinhar que justifica-se, essencialmente, pela formação acadêmica dos autores do projeto urbanístico original de Palmas, em nível de pós-graduação. Velasques (2010) lembra que, entre 1974 e 1980, Walfredo Antunes de Oliveira Filho desenvolveu seu curso de Mestrado em Londres, capital da Inglaterra, em uma das mais respeitadas instituições de ensino da Europa, qual seja, a London School of Economics (LSE). Por seu turno, o arquiteto Luiz Fernando realizou cursos de especialização em Planejamento e Desenho Urbano, bem como em Estudos Tropicais, ambos na Architectural Association School of Architecture (AA), instituição de ensino inglesa igualmente prestigiada, no final dos anos de 1960 e início de 1970. Neste período, ambos não apenas tiveram contato com estudos teóricos amplos e vanguardistas na área de Planejamento Regional e Urbano, como conheceram *in loco* a experiência do *New Towns Programme* (Programa de Novas Cidades), destinado a promover a desconcentração populacional das principais cidades inglesas, sobretudo Londres. Tal experiência, também adotada em outros países da Europa, como França e Holanda, é apresentada em detalhes no trabalho de Velasques (2010), o qual destaca, em particular, o caso de Milton Keynes, cidade fundada em 1970 e considerada o exemplo mais emblemático do Programa inglês de implementação de Novas Cidades. Entre outras referências, a distribuição mais flexível das funções urbanas e as características das quadras residenciais em Milton Keynes guardam expressiva semelhança com os princípios adotados no projeto de Palmas.

À luz desta análise, a banca ratifica o gabarito provisório e julga os recursos improcedentes.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

FONTE BIBLIOGRÁFICA:

DAHER, Tânia. **O projeto original de Goiânia**. Revista UFG, Goiânia, v. 6, n. 6, junho 2009, p. 77-90.

GRUPOQUATRO. **Memorial do projeto da nova capital do estado do Tocantins**. Palmas, 1989.

VELASQUES, A. B. A. **O projeto de Palmas (1989) e sua condição moderna**. 245f. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

QUESTÃO 22.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

Os recursos questionam o gabarito, uma vez que a mesorregião do Bico do Papagaio, ao compreender municípios não exclusivamente localizados no estado do Tocantins, configuraria uma fuga ao Conteúdo Programático do Edital. Desse modo, solicitam a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

As Mesorregiões são espaços geográficos com características socioeconômicas comuns e baixo índice de desenvolvimento. A definição de treze mesorregiões no Brasil faz parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração Nacional, baseada na estratégia de minimizar as desigualdades regionais. O Bico do Papagaio é definido, segundo o Ministério da Integração Nacional, como uma mesorregião que compreende 66 municípios, sendo 25 no Tocantins, 25 no Pará e 16 no Maranhão.

Isto posto, cumpre esclarecer que não há como caracterizar fuga ao tema, uma vez que conhecimentos específicos e atinentes ao estado do Tocantins não significam “exclusividade de pertencimento”. Ao contrário. Há uma permanente interrelação entre conhecimentos, temas, características. Fazemos a seguinte reflexão: imagine se não pudéssemos mencionar conhecimentos, temas e características do antigo Norte Goiano, simplesmente porque o estado do Tocantins foi separado do estado de Goiás em 1988. Os dois estão e sempre estarão historicamente e, por que não dizer, “umbilicalmente” ligados. Da mesma forma colocamos a seguinte questão: como considerar o Bico do Papagaio como uma região “exclusiva” do estado do Tocantins? Tratar-se-ia, pois, de uma abordagem parcial, portanto, incompleta. Em adição, o fato da mesorregião do Bico do Papagaio agregar municípios de outros estados não significa que foram cobrados “conhecimentos relacionados a outros estados”. Há uma significativa diferença. Portanto, a alternativa que constitui o gabarito provisório da questão atende plenamente ao Conteúdo Programático do Edital, bem como encontra-se amparada em informações corretas e atualizadas. Neste sentido, a banca julga os recursos improcedentes.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

FONTE BIBLIOGRÁFICA:

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Atlas das Mesorregiões**. Disponível em <http://200.198.213.88/spr/index.php> Acesso em 20 de junho de 2014.

QUESTÃO 23.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

Um grupo de recursos advoga a anulação da questão, porém ampara-se em outra questão para submeter o recurso, a partir do debate sobre “transações entre residentes e não residentes no país na conta de transações correntes da balanço de pagamento”. Por sua vez, outro grupo de recursos questiona o gabarito provisório, baseado na afirmação de que duas alternativas apresentavam questões corretas, quais sejam, a “A” e a “B”. Desse modo, solicitam a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

Sobre o primeiro grupo de recursos, cumpre esclarecer que, por não haver relação entre a questão objeto de recurso e os argumentos do mesmo, o recurso é julgado improcedente pela banca.

Em relação ao questionamento acerca da existência de duplo gabarito, cabe assinalar que a questão foi construída sobre o debate de patrimônio histórico do estado do Tocantins e, entre as alternativas, havia apenas uma correta, qual seja, alternativa “A”, cujo texto afirmava que “o centro histórico de Porto Nacional foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN”.

Por seu turno, a alternativa “B” traz a seguinte afirmativa: “apesar da importância histórica do Palacinho, o município de Palmas ainda não conseguiu o tombamento dessa edificação junto ao IPHAN.” A alternativa está errada, uma vez que o Palacinho já foi reconhecido como patrimônio histórico de Palmas. Desta forma a alternativa “B”, por afirmar o contrário, está errada e não poderia ser opção correta da questão. Diante do exposto, a banca julga os recursos improcedentes.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

FUNTE BIBLIOGRÁFICA:

<http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=39>. Acesso em 23 de junho de 2014.

<http://conexaoto.com.br/2010/06/04/iphan-entrega-obras-restauradas-do-palacinho-e-antiga-assembly-ao-governo-do-tocantins>. Acesso em 23 de junho de 2014.

QUESTÃO 24.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

O recurso solicita a anulação da questão, com base na argumentação de que o tema abordado não faria parte do Conteúdo Programático do Edital.

JUSTIFICATIVA:

A questão elaborada sobre o Cerrado encontra plena consonância com os conteúdos previstos pelo Edital do certame, particularmente associada aos temas “(...) vegetação, clima, hidrografia e relevo, unidades de conservação (...)”.

Cabe destacar, mais uma vez, que conhecimentos, temas, e características vinculados à Prova de Conhecimentos Regionais não podem ser interpretados como conteúdos exclusivos do estado do Tocantins. Vale lembrar, ainda, que o Ecossistema do Cerrado constitui uma das principais características ambientais do estado, e desta forma, a questão foi formulada de forma correta e amparada em informações atualizadas,

além de atender integralmente ao conteúdo programático do Edital do certame. Diante do exposto, a banca ratifica o gabarito provisório e julga os recursos improcedentes.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

FONTE BIBLIOGRÁFICA:

Edital N° 001/2014, de 31 de março de 2014, para provimento de vagas no Quadro Geral da Administração Pública do Município de Palmas.

QUESTÃO 25.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

Um grupo de recursos argumenta, de modo geral, que na área planejada da Capital, denominada Palmas Centro, há um maior adensamento populacional na região central, principalmente na porção sudeste, também denominada Área Residencial Sudeste (ARSE), fato que é destacado para justificar a solicitação de anulação da questão.

Por sua vez, outro grupo de recursos questiona a afirmação de que Taquaruçu estaria atraindo um número expressivo de moradores em razão das amenidades ambientais presentes no local. Desse modo, os recursos advogam que trata-se de uma afirmação incorreta, conduzindo à solicitação de alteração de gabarito.

JUSTIFICATIVA:

As quadras com maior densidade populacional do recorte espacial planejado de Palmas encontram-se, de fato, na Área Residencial Sudeste (ARSE). No entanto, o item da questão citado pelos recursos deixava claro, em seu texto, que não se buscava inferir do candidato o conhecimento sobre as quadras que apresentam maior densidade populacional de modo isolado, e sim as quadras na sua relação com a Praça dos Girassóis, bem como no que se refere às áreas residenciais do plano urbanístico.

Desse modo, o intenso processo de verticalização observado em Palmas nos últimos 8 anos, caracterizado pelos edifícios residenciais com gabaritos que superam, não raro, os 10 pavimentos, tem ocorrido, predominantemente, nas quadras próximas à Praça dos Girassóis, tais como 204 Sul (ARSE 21), 106 Sul (ARSE 12), 108 Sul (ARSE 13), 208 Sul (ARSE 23), 308 Sul (ARSE 33), 404 Sul (ARSE 41) e 205 Sul (ARSO 22). Tal fato contribuiu decisivamente para consolidar as quadras mais próximas da Praça dos Girassóis como aquelas de maior densidade populacional na área planejada da capital tocantinense.

Além das supramencionadas Quadras, há ainda um processo anterior, portanto mais antigo, que conferiu à expressiva parcela das Quadras residenciais que integram a Área Residencial Noroeste (ARNO), em especial as Quadras 303 Norte (ARNO 31), 305 Norte (ARNO 32) e 307 Norte (ARNO 33), a condição de uma das regiões mais adensadas de Palmas – condição esta que persiste até hoje. Isso se deve, em grande medida, ao processo de ocupação verificado no local, deflagrado ainda na primeira metade da década de 1990, a partir de uma invasão de moradores que residiam nas imediações da Praça dos Girassóis, em habitações extremamente precárias. Cumpre ainda mencionar que ambos os processos supracitados têm sido analisados em relevantes trabalhos acadêmicos, como a Dissertação de Mestrado de Vasconcellos (2006) e a Tese de Doutorado de Coccozza (2007).

Por fim, o incremento populacional do Distrito de Taquaruçu verificado nos últimos anos, decorrente da significativa presença de amenidades ambientais, pode ser igualmente atestado por vários trabalhos científicos, tais como Milagres; Souza; Sousa (2010) e Milagres; Sayago (2012). Neste último, em particular, os autores afirmam que Taquaruçu contava com 2.869 habitantes em 2007 (MILAGRES; SAYAGO, 2012). Passados quatro anos, quando da publicação do Censo Demográfico de 2010, o IBGE apontou uma população de 4.739 habitantes (IBGE, 2011), o que representa um crescimento populacional extremamente expressivo, em torno de 70%.

Sob esta perspectiva, a banca julga os recursos improcedentes.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

COCOZZA, G. P. **Paisagem e urbanidade**: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas. 253f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Sinopse por setores. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em 20 de junho de 2014.

MILAGRES, V. R.; SOUZA, E. M.; SOUSA, L. B. Percepção ambiental no Distrito de Taquaruçu, município de Palmas (TO): a relação dos moradores com as transformações da paisagem ao longo da história. **Caderno Virtual do Turismo**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=download&path%5B%5D=373&path%5B%5D=232>. Acesso em 24 de junho de 2014.

MILAGRES, V. R.; SAYAGO, D. A.V. Qualidade da água e doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI): uma abordagem perceptiva com os moradores do Distrito de Taquaruçu, Palmas (TO), Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, 06 (2012), p. 1317-1332. Disponível em <http://www.revista.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/view/516/359>. Acesso em 23 de junho de 2014.

VASCONCELLOS, R. B. H. **A sintaxe espacial como instrumento de análise da dualidade morfológica em Palmas**. 176f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

Nível: SUPERIOR

Área: LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PALMAS

QUESTÃO 26.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

O candidato alega, em síntese, que “dá a entender que a questão tem duas alternativas corretas”.

JUSTIFICATIVA:

O recurso não merece ser acolhido, pois não fundamenta seu entendimento, bem como, não faz nenhum pedido no recurso, não pede nem a anulação, nem a alteração do gabarito da questão.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

QUESTÃO 27.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

Parte dos recursos alegam em síntese questionamentos relacionados à auxílios e gratificações.

Outra parte alega que a questão foi formulada com base em texto antigo e revogado da Lei Complementar 08/99. Por isso, requer a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

Os recursos não merecem ser acolhidos.

As alegações trazidas pelos recorrentes não possuem justificativa plausível.

No primeiro caso, a questão não trata de auxílio transporte ou reclusão. No caso da segunda justificativa a questão foi elaborada conforme texto atualizado da citada legislação.

A questão foi elaborada com base nos incisos I, II, III e V da Lei Complementar 08/99, e a Lei Complementar nº 118/2006 revogou o inciso IV, que não foi utilizado na elaboração da questão e alterou o inciso II, para acrescentar o termo “contribuição”, o que não altera o sentido da afirmação, pois o tempo de contribuição está associado ao tempo de serviço.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fonte Bibliográficas

Lei Complementar 08/99

Lei Complementar nº 118/2006

QUESTÃO 28.

Situação: PROCEDENTE

RECURSO:

O candidato alega, em síntese, que nem todas as gratificações incorporam-se aos vencimentos, apenas aqueles previstos em lei.

JUSTIFICATIVA:

O recurso merece ser acolhido, pois apesar da incorporação das gratificações serem regra na administração pública, existem exceções, inclusive expressas.

A Banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

QUESTÃO 29.

Situação: PROCEDENTE

RECURSO:

O candidato alega, em síntese, que o item “I” também estaria incorreto por ferir a Súmula Vinculante nº 13.

JUSTIFICATIVA:

O recurso merece ser acolhido, pois os tios e sobrinhos, parentes em terceiro grau na linha colateral, apesar de permitidos pelo art. 132 da Lei Complementar 08/99, são vedados pela mencionada Súmula Vinculante.

A Banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

QUESTÃO 30.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

O candidato alega que: “o item D também estar correto”. Outro alega que: “Na minha conclusão o item do gabarito deveria fazer alguma referência ao parágrafo do Art. 35, e por isso esta não poderia ser considerada como certa”

JUSTIFICATIVA:

Os recursos não merecem ser acolhidos, pois, o primeiro não traz fundamentação da alegação, o segundo fundamenta no art. 35, enquanto a questão foi elaborada com base nos artigos 140, 141, 143 e 144 da Lei Complementar 08/99. Além disso, nenhum recurso expressa o pedido de anulação da questão ou alteração do gabarito.

O termo “fica vedado ao servidor” existente na alternativa “D” a torna incorreta.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fonte Bibliográficas:

Lei Complementar 08/99

QUESTÃO 32.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

O candidato alega, em síntese, que o assunto da questão não faz parte do conteúdo programático do edital.

JUSTIFICATIVA:

O recurso não merece ser acolhido, pois a questão foi elaborada com base no art. 7º da Lei Orgânica do Município de Palmas, artigo que estão dentro do Capítulo II: Da Competência, do Título I: Das Disposições Preliminares.

Assim, o assunto faz parte do conteúdo solicitado no edital.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fonte Bibliográficas:

art. 7º da Lei Orgânica do Município de Palmas

QUESTÃO 34.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

Os candidatos alegam, em síntese, que:
Falta um complemento no item IV.
Outro recurso alega que o item II também estaria correto.
Por fim, outro fala que o assunto não faz parte do edital.

JUSTIFICATIVA:

O recurso não merece ser acolhido, pois

A omissão proposital do termo “e a organização e administração do patrimônio imobiliário municipal” não faz com que a execução da dívida ativa tributária não seja promovida pela Advocacia-Geral, conforme o item IV afirma.

O item II da questão está correto pela sua parte final que fala em indicação pelo prefeito e aprovação pela câmara.

O assunto está consta expressamente no conteúdo programático do edital, no item “1” da Legislação Pertinente ao Município de Palmas. A nomeação do Advogado Geral do Município é tratada no parágrafo único do art. 87 da Lei Orgânica.

Assim vejamos, a questão foi elaborada com base no artigo 87 da mencionada Lei.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

QUESTÃO 35.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

O candidato alega que: “a questão não consta o item correto pois tem três item corretos e nas alternativas conta somente dois”

JUSTIFICATIVA:

O recurso não merece ser acolhido, pois o candidato não fundamentou seu entendimento, não diz nem mesmo quais alternativas entende serem corretas e quais são incorretas.

Ademais, não solicitou nem a anulação da questão nem a alteração do gabarito.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

QUESTÃO 01.

Situação: PROCEDENTE

RECURSO:

Solicitam a alteração do gabarito preliminar da letra C para a letra D.

Justificativa.

O texto “Trocaria todos os meus títulos pela igualdade” aborda uma situação específica ocorrida com o jogador Tinga, no qual ele emite a sua própria opinião sobre o caso, dizendo que trocaria todos seus títulos pela igualdade. Todos os argumentos do texto apresentam a opinião do jogador, até por que o texto não trata da opinião de outras pessoas. A alternativa apresentada incorretamente pelo Gabarito Preliminar (LETRA C) generaliza essa opinião ao dizer que os atletas teriam essa mesma opinião. Tem-se como claro, que a partir da reportagem, não se pode inferir essa conclusão. O texto e, de modo especial, os últimos parágrafos, mostram que para o jogador os títulos perdem o significado perante o seu desejo de um mundo mais igual, e não apenas diante das atitudes das pessoas que frequentam os estádios. Deixa claro também que tanto o preconceito racial quanto o preconceito social estão atrelados à falta de educação das pessoas. Desta forma, a única alternativa correta é a (D). Recurso procedente.

A resposta do gabarito deve ser alterada para ALTERNATIVA (D)

Fonte Bibliográfica:

TROCARIA todos os meus títulos pela igualdade. Revista Trip, São Paulo, no. 231, 23 abr. 2014. <http://revistatrip.uol.com.br/revista/231/reportagens/trocaria-todos-osmeus-titulos-pela-igualdade.htm>

QUESTÃO 02.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

Alguns candidatos solicitam a anulação da questão, porque, segundo eles, “no texto apresentado o jogador de futebol Tinga expõe sua opinião sobre um caso de racismo sofrido por ele, por meio de um relato pessoal em primeira pessoa. Questionam a terminologia tipologia textual, bem como afirmam que o texto da prova não é um texto jornalístico, porque não apresenta características formais desse tipo de texto, tais como: linguagem direta e formal, forma impessoal e uso da terceira pessoa. Por fim, um outro candidato, solicita a anulação da questão afirmando que o texto é um depoimento ou testemunho.

JUSTIFICATIVA:

O gabarito para a segunda questão se mantém como sendo a alternativa **B**. Isto porque o texto utilizado na Prova de Língua Portuguesa é um texto jornalístico, uma reportagem com o jogador de futebol Tinga, conforme se pode ver no quadro seguinte:

Trip 231 Reportagens

TROCARIA TODOS OS MEUS TÍTULOS PELA IGUALDADE

Tinga, 36 anos, jogador de futebol do Cruzeiro, sofreu ataques racistas durante partida.

23.04.2014 || Fotos: >**Bruno Senna/Divulgação**

Bruno Senna/Divulgação

Trocaria todos os meus títulos pela igualdade. **Revista Trip**. São Paulo, n. 231, 23 abr. 2014. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/231/reportagens/trocaria-todos-os-meus-titulos-pela-igualdade.html#>>. Acesso em 05 maio 2014. (grifo da banca).

Acresce-se aos argumentos que fundamentam que o texto é jornalístico o fato de que essa tipologia textual possui como estrutura formal a presença de: “título, ‘lead’ – que corresponde ao primeiro ou aos dois primeiros parágrafos do texto – e o corpo do texto, que desenvolve os elementos informativos referidos no ‘lead’”. O título e o antetítulo, a entrada, os subtítulos e a fotografia constituem momentos dessa construção que deverá ter unidade, coerência e eficácia informativa.” É importante registrar outro aspecto formal, quanto à estrutura do ‘lead’ ou lide, a qual deve conter respostas para as seguintes perguntas: **quem, onde, o quê**. Vejamos a estrutura do texto jornalístico constante na prova:

Suporte: [Trip 231](#) [Reportagens](#)

Título: [TROCARIA TODOS OS MEUS TÍTULOS PELA IGUALDADE](#)

‘Lead ou Lide’:

Quem: Tinga, 36 anos, jogador de futebol do Cruzeiro, sofreu ataques racistas durante uma partida em fevereiro deste ano.

Onde: O que aconteceu comigo foi noticiado no Brasil inteiro [durante uma partida do Cruzeiro contra o time peruano Real Garcilaso, pela Copa Libertadores, **O quê:** a torcida imitava sons de macaco a cada vez que o jogador pegava na bola]. Recebi ofensas racistas e não vou fazer sensacionalismo em cima disso, mas é triste ver que isso tem acontecido em todas as áreas, infelizmente. Estamos em 2014 e é uma coisa mais velada, mas que existe.

Nos demais parágrafos (segundo e terceiro), ocorre a expansão do assunto em discussão. O último parágrafo, assim como o “lead” também fundamental num texto jornalístico devem estar de acordo com o restante do texto, fechando o texto, de maneira a não desapontar o leitor, isto é, de maneira a não quebrar o sentido já apontado de maneira interessante no início do texto (em seu “lead”).

Tratando o conceito de **Tipologia Textual**, Luiz Carlos Travaglia (UFU - Uberlândia/MG) defende em seu trabalho com a **Tipologia Textual**, que sendo os textos de diferentes tipos, eles se instauram devido à existência de diferentes modos de interação ou interlocução. O trabalho com o texto e com os diferentes tipos de texto é fundamental para o desenvolvimento da competência comunicativa. De acordo com as ideias do autor, cada tipo de texto é apropriado para um tipo de interação específica.

Travaglia (2002) trata de **conjugação tipológica**. Para ele, dificilmente são encontrados tipos puros. Realmente é raro um tipo puro. Num texto como a bula de remédio, por exemplo, que para Fávero & Koch (1987) é um texto injuntivo, tem-se a presença de várias tipologias, como a descrição, a injunção e a predição. Travaglia afirma que um texto se define como de um tipo por uma questão de dominância, em função do tipo de interlocução que se pretende estabelecer e que se estabelece, e não em função do espaço ocupado por um tipo na constituição desse texto.

Travaglia fala de um **intercâmbio de tipos**. Explicando, ele afirma que um tipo pode ser usado no lugar de outro tipo, criando determinados efeitos de sentido impossíveis, na opinião do autor, com outro dado tipo. Para exemplificar, ele fala de descrições e comentários dissertativos feitos por meio da narração.

Travaglia mostra o seguinte:

- a) conjugação tipológica = um texto apresenta vários tipos
- b) intercâmbio de tipos = um tipo usado no lugar de outro

Travaglia define **Tipologia Textual** como aquilo que pode instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução, segundo perspectivas que podem variar. Essas perspectivas podem, segundo o autor, estar ligadas ao produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer, ou conhecer/saber, e quanto à inserção destes no tempo e/ou no espaço. Ainda sobre a Tipologia textual, Travaglia considera o **discurso** como a própria atividade comunicativa, a própria atividade produtora de sentidos para a interação

comunicativa, regulada por uma exterioridade sócio-histórica-ideológica. **Texto** é o resultado dessa atividade comunicativa. O **texto**, para ele, é visto como uma unidade linguística concreta que é tomada pelos usuários da língua em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão.

Travaglia afirma que distingue texto de discurso levando em conta que sua preocupação é com a tipologia de textos, e não de discursos. Segundo o autor, “os elementos, os recursos linguísticos utilizados na constituição do texto são entendidos como marcas, como pistas que o usuário da língua utiliza para produzir um efeito de sentido seja como produtor ou receptor do texto”. Portanto os elementos linguísticos que aparecem no texto funcionam como instruções para o usuário, que deverá a partir delas levantar um sentido, estabelecendo um efeito de sentido entre ele e o produtor que deu tais instruções pela *escolha* daqueles elementos e não de outros. Travaglia cita Fonseca e Fonseca (1977:84-85), segundo os quais, o texto tem de ser visto como produto de um ato de fala, como *discurso*, isto é, como *enunciado*, que traz em si as marcas do *processo de enunciação*, as marcas de adequação às finalidades próprias de cada intento de comunicação em situações específicas, as marcas de *ações* cumulativamente desenvolvidas em cada ato verbal. Travaglia prossegue sua reflexão teórica dizendo que, “como há diferentes modos de interação comunicativa ou diferentes tipos de situações discursivas, os textos resultantes são de diferentes tipos”, tais como os que constituem as tipologias abaixo, entre outras:

- a) descrição, dissertação, narração, injunção;
- b) literários, **jornalísticos**, jurídicos (leis, contratos, procurações etc.), publicitários, científicos etc.; (grifo nosso).
- c) poéticos, em prosa;
- d) bilhetes, cartas (pessoais, oficiais, comerciais), telegramas, memorandos;

Quanto ao uso da terminologia Tipologia Textual, comprova-se, a partir da discussão teórica apresentada anteriormente, a filiação do texto constante na prova como pertencente à tipologia – texto jornalístico. Quanto ao uso da primeira pessoa do discurso presente no texto – o posicionamento do jogador Tinga sobre o fato ocorrido com ele, novamente recorremos às conceituações teóricas apresentadas anteriormente, sobretudo, no tocante ao aspecto de que todo texto “tem de ser visto como produto de um ato de fala, como *discurso*, isto é, como *enunciado*, que traz em si as marcas do *processo de enunciação*, as marcas de adequação às finalidades próprias de cada intento de comunicação em situações específicas, as marcas de *ações* cumulativamente desenvolvidas em cada ato verbal”. Ora, como texto jornalístico traz as marcas discursivas da pessoa que fala sobre o que lhe aconteceu, no caso do preconceito sofrido pelo jogador Tinga em campo, quando foi xingado de macaco, o que implica em maior impacto, por estar escrito em primeira pessoa, alcançando assim os objetivos de se registrar as marcas do processo de enunciação representativo dos sentimentos da pessoa que sofreu tamanha agressão e que foi vítima, não só do preconceito racial, mas também de outro tipo de preconceito, o qual Tinga considerou bem mais forte que o racismo, que é o preconceito social. Assim sendo, a banca ratifica o gabarito como alternativa B e considera o **recurso improcedente**.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que o recurso é improcedente.

Fontes Bibliográficas:

SILVA, Sílvio Ribeiro da. **Sobre Gramática. Disponível em:** <<http://www.algosobre.com.br/gramatica/genero-textual-e-tipologia-textual.html>>. Acesso 26 jun. 2014.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. **O Texto e o Discurso**. São Paulo: Cortez, 1997.

Trocaria todos os meus títulos pela igualdade. **Revista Trip**. São Paulo, n. 231, 23 abr. 2014. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/231/reportagens/trocaria-todos-os-meus-titulos-pela-igualdade.html#>>. Acesso em 05 maio 2014.

QUESTÃO 03.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

O candidato argumenta que o gabarito divulgado (alternativa C) não está correto, tendo em vista que a oração em destaque não exerce a função de adjetivo. Também, que a alternativa D estaria correta, pois, segundo argumenta, “velada” e “proibida” seriam vocábulos sinônimos.

JUSTIFICATIVA:

O gabarito para a terceira questão se mantém como sendo a alternativa C: “Na frase “Acredito que existe um preconceito mais forte que o racismo, **que é o preconceito social.**” (l. 10 e 11), o fragmento em destaque é uma oração subordinada adjetiva.”.

Segundo Cunha e Cintra (s.d., p. 586-587), “As ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS vêm normalmente introduzidas por um PRONOME RELATIVO, e exercem a função de ADJUNTO ADNOMINAL de um substantivo ou pronome antecedente”. “A ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA pode, como todo ADJUNTO ADNOMINAL, depender de qualquer termo da oração, cujo núcleo seja um substantivo ou um pronome: SUJEITO, PREDICATIVO, COMPLEMENTO NOMINAL, OBJETO DIRETO, OBJETO INDIRETO, AGENTE DA PASSIVA, ADJUNTO ADVERBIAL, APOSTO e, até mesmo, VOCATIVO.” (destaques dos autores). Assim, primeiramente, a oração em análise é adjetiva por ser introduzida por pronome relativo, o qual, segundo Azeredo (2008), trata-se de uma palavra com função anafórica (ao retomar um antecedente), conectiva e sintática (exerce a função de sujeito, complemento ou adjunto na oração):

“[...] existe um preconceito mais forte que o racismo, que é o preconceito social.”

o qual é o preconceito social

o preconceito mais forte que o racismo é o preconceito social

ele é o preconceito social

Na oração que constitui o gabarito da questão, o pronome “que” retoma “o preconceito mais forte que o racismo” (o núcleo do sujeito: “preconceito” – um substantivo), ou seja, exerce a função sintática de sujeito.

Os autores Cunha e Cintra ainda conceituam que, quando se trata de orações subordinadas adjetivas explicativas (a oração em análise na questão) – portanto, separadas do antecedente por vírgula –, elas acrescentam uma qualidade acessória: esclarecem melhor a significação do antecedente (p. 589). Também é isso o que ocorre nesse período: a oração elucida qual seria o preconceito mais forte que o racismo. Então, trata-se de uma oração subordinada adjetiva explicativa.

Quanto à argumentação de que a alternativa D estaria correta, sendo, pois, “velada” sinônimo de “proibida”, ela não procede. Segundo o dicionário Aurélio, velado é algo que é oculto, disfarçado, dissimulado. E é exatamente isso que o jogador Tinga defende no texto I: o preconceito está disfarçado, oculto, mas existe. Nesse sentido, não caberia o termo “proibida” em lugar de “velada”. O sentido pretendido não é esse e nem mesmo o próprio dicionário considera os vocábulos como sinônimos.

Portanto, a partir dessas considerações teóricas, ratifica-se que o gabarito está correto.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fontes Bibliográficas:

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.].

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Velado. In: _____. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

QUESTÃO 04.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

O candidato propõe que se aceite como gabarito da questão a alternativa B, não a D, ou que a questão seja anulada. Segundo argumenta, o efeito do tabaco é potencializado, portanto, não se mantendo inalterado. Dentre as alternativas apresentadas para a questão, a B seria mais coerente com o texto.

JUSTIFICATIVA:

O candidato propõe que “ação” (l. 20) e “efeito” sejam palavras sinônimas. Contudo, não o são, conforme apresenta o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: efeito é o resultado, a consequência. Portanto, nesse caso em análise, o efeito é o resultado da ação do tabaco no organismo e é nocivo. Essa nocividade, ou seja, o fato de o tabaco causar danos, prejuízos ao organismo se mantém, não é alterado. Além disso, tomando-se o texto como base juntamente com o conhecimento prévio do próprio candidato, não é possível afirmar que o aumento da pressão arterial, por exemplo, (provocado pela mistura de álcool com o tabaco), seja mais danoso para o homem que o efeito cancerígeno do produto por si. Comparações dessa ordem requereriam a análise de outros aspectos, como a gravidade das doenças. Ainda, na citação do médico Alfredo Helito, emprega-se o verbo “poder”, que se trata de um verbo modal da língua portuguesa, expressando uma possibilidade. Ou seja, a junção do álcool com o tabaco **pode ou não potencializar** a ação deste.

Quanto à argumentação de que a alternativa B é o gabarito correto, não é possível considerá-la como tal, tendo em vista a presença do vocábulo “abertos” ao final dela. A dificuldade de se fumar em bares e pubs se dá exatamente por se tratarem de ambientes fechados, o que pode ser confirmado a partir do trecho que compreende as linhas de 5 a 7: “Tudo para realizar um desejo clássico dos fumantes: poder consumir tabaco sem ter que sair para fumar do lado **de fora do bar**.” (destaque da banca).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fontes Bibliográficas:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Efeito. In: _____. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

QUESTÃO 05.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

Refere-se ao item IV da questão 5, que apresenta o seguinte enunciado: “Um dos antônimos de malvista (l. 19) é benquista e de inalar (l. 16) é expirar”. Os recorrentes afirmam que o antônimo de inalar não é expirar e sim exalar e, ainda, que os **antônimos de malvista** são: 1. estimado, respeitado, aceito, considerado, prezado. 2. bem-visto, eminente, reputado, afamado, acreditado. 3. apreciado, avaliado. Portanto, o antônimo correto de ‘malvista’ seria ‘bem-vista’. Por sua vez, o antônimo de ‘benquista’ seria ‘malquista’.

Ambos solicitam a alteração da resposta do Gabarito Preliminar da Alternativa B para a alternativa A.

JUSTIFICATIVA:

Em relação à palavra MALVISTO, temos:

Conforme o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, o sinônimo de “**MALVISTO**” é mal conceituado; mal-afamado; suspeito; travestido; inimizado, antipatizado, **malquista**. Ao buscarmos o sinônimo de “**MALQUISTO**”, que é apresentado como sinônimo de **Malvisto** temos: **malvisto**, antipatizado, malquerido.

Na sequência, o mesmo autor, apresenta como sinônimo de “**BENQUISTO**” como querido; **bem-visto**. E o vocábulo “**BEM-VISTO**” apresenta os seguintes sinônimos: bem-conceituado; **benquista**; bem-aceito.

Fonte: Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Curitiba: Positivo, 2010.

Buscando uma fonte na internet - <http://www.dicio.com.br/malvisto/>, temos:

Significado de Malvisto: Que possui má-fama; de péssimo conceito; **malquista**. Que não é apreciado; que é detestado; que é objeto de antipatia.

Antônimos de Malvisto: bem-visto, **benquista**, estimado e querido.

(fonte: <http://www.dicio.com.br/malvisto/>).

Em relação à palavra INALAR, temos:

Conforme o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, o sinônimo de “**INALAR**” é absorver com o hálito; aspirar. Por sua vez, o sinônimo de ‘aspirar’ é “respirar; inspirar, atrair o ar aos pulmões”.

A alternativa apresentou como antônimo de ‘inalar’ a palavra ‘**EXPIRAR**’ que é apresentado pelo mesmo autor como tendo os seguintes sinônimos: expelir (o ar) dos pulmões, **exalar**, bafejar, respirar.

Sintetizando, temos que o campo semântico das duas palavras “Inalar” e “malvisto” são totalmente abrangentes sendo perfeitamente possível e sem restrições afirmar que a afirmativa “Um dos antônimos de malvista (l. 19) é benquista e de inalar (l. 16) é expirar” está CORRETA.

Desta forma, o recurso à questão 5 é IMPROCEDENTE.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fontes Bibliográficas:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holand. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

<http://www.dicio.com.br/malvisto/>. Acesso em 24/06/2014.

QUESTÃO 06.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSOS:

Solicitação de anulação da questão 6 de Língua Portuguesa pois possui mais de uma alternativa incorreta, ou seja, a C apresentada no Gabarito Preliminar, assim como a alternativa B.

Exposição dos argumentos:

1. Na alternativa B, a expressão “no corpo” da frase “A droga (alcool) pode potencializar a ação do tabaco no corpo” não desempenha função de adjunto adverbial, pois não modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. Nesse sentido, a expressão destacada deveria ser adjunto adnominal e não adjunto adverbial. Portanto, tanto a alternativa B quanto a C podem ser consideradas incorretas.
2. Na alternativa C, o trecho em destaque – “elas permitem que o fumante receba nicotina sem inalar a fumaça tóxica provocada pela queima do cigarro” é uma ‘Oração Subordinada Subjetiva Objetiva Direta’, pois o verbo ‘permitem’ é transitivo direto e não indireto como diz a alternativa.
3. A alternativa D, apresenta a oração destacada em “Nos EUA, vários pubs criaram drinques que contem tabaco” (l. 7 e 8) como uma Oração Subordinada Adjetiva Restritiva, pois é iniciada pelo pronome relativo, porém não está isolada por vírgulas e, portanto o gabarito está errado.

JUSTIFICATIVA:

Em relação ao 1º. argumento:

O recorrente afirma que na alternativa B, a expressão “no corpo” da frase “A droga (alcool) pode potencializar a ação do tabaco no corpo” não desempenha função de adjunto adverbial, pois não modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio.

Resposta: Locução adverbial é uma expressão com o mesmo papel que o advérbio, e é geralmente formada de preposição+substantivo. Advérbio é o termo que exprime uma circunstância de tempo, lugar, modo, etc, ou em outras palavras, que modifica o sentido do verbo, adjetivo ou advérbio. Ex. Meninas numa tarde brincavam de roda na praça (Novíssima gramática da Língua Portuguesa. D. P. Cegalla, 2008, pg.364).

Na frase citada pela alternativa B, “A droga (alcool) pode potencializar a ação do tabaco no corpo”, tem-se que o verbo ‘potencializar’ é um verbo transitivo direto e portanto, a expressão ‘a ação do tabaco’ é um objeto direto. Na sequência, a expressão ‘no corpo’, indica o lugar, logo, um adjunto adverbial. Podemos, sem prejudicar o sentido, inverter a ordem da expressão grifada para junto do verbo, ou seja, “A droga (alcool) pode potencializar no corpo a ação do tabaco.” Isso significa que esse termo não está relacionado à “ação do tabaco” e sim indica o local em que essa ação ocorre.

Complementando, o ‘adjunto adnominal’ é o termo de valor adjetivo que serve para especificar ou delimitar o significado de um substantivo qualquer que seja a função deste. Pode vir expresso por um adjetivo, locução adjetiva, artigo, pronome adjetivo, numeral, oração adjetiva. (Celso Cunha @ Lyndley Cintra, 2008, pg. 164-165). Exemplos:

Tinha uma memória de prodígio (loc. adjetiva)

Dentro da noite sem cor.

Na areia podemos fazer até castelos soberbos.

Portanto, o argumento é IMPROCEDENTE.

Em relação ao 2º argumento:

O recorrente afirma que a alternativa C, o trecho em destaque – “elas permitem que o fumante receba nicotina sem inalar a fumaça tóxica provocada pela queima do cigarro” é uma ‘Oração Subordinada Subjetiva Objetiva Direta’, pois o verbo ‘permitem’ é transitivo direto e não indireto como diz a alternativa.

Resposta: A alternativa C está incorreta pois além de não existir ‘Oração Subordinada Subjetiva Objetiva Indireta’ e sim ‘Subordinada Substantiva Objetiva Indireta’, realmente o verbo ‘permitem’ é transitivo direto e não indireto como diz a alternativa, o que torna a alternativa incorreta.

A Alternativa C é INCORRETA e representa a alternativa do Gabarito Preliminar.

Em relação ao 3º argumento:

Na relação que estabelecem com o termo que caracterizam, as Orações Subordinadas Adjetivas podem atuar de duas maneiras diferentes. Há aquelas que **restringem** ou **especificam** o sentido do termo a que se referem, individualizando-o. Nessas orações não há marcação de pausa, sendo chamadas **subordinadas adjetivas restritivas**. Existem também orações que **realçam** um detalhe ou **amplificam** dados sobre o antecedente, que já se encontra suficientemente definido, as quais denominam-se **subordinadas adjetivas explicativas**.

Exemplo 1: “Jamais teria chegado aqui, não fosse a gentileza de um homem que passava naquele momento”.

Oração Subordinada Adjetiva Restritiva

Exemplo 2: “O homem, **que se considera racional**, muitas vezes age animallescamente”.

Oração Subordinada Adjetiva Explicativa.

Sintetizando: As explicativas são isoladas por pausas, que na escrita se indicam por vírgulas. Por outro lado, não se faz pausa entre a oração principal e a adjetiva restritiva; por isso, não há necessidade de se usar a vírgula. (<http://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint36.php>). (Novíssima gramática da Língua Portuguesa. D. P. Cegalla, 2008, pg.391).

Portanto, os argumentos são IMPROCEDENTES.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fontes Bibliográficas:

CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. RJ: Cia. Editora Nacional, 2008, pp.364 e 391.

CUNHA, Celso @ CINTRA, Lyndley, Nova gramática do português contemporâneo. RJ: Lexykon, 2008, pp. 164-165.

<http://www.dicio.com.br/malvisto>. Acesso em 24/06/2014.

QUESTÃO 07.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

O candidato solicita a anulação da questão e apresenta como fundamento que os versos estão impregnados de PERPLEXIDADE, ESTRANHAMENTO e não de NOSTALGIA. Outro candidato também solicita anulação da questão, por considerar não haver uma única resposta possível. Ele, o candidato, considera que tanto a alternativa A quanto a D estariam corretas. Há ainda dois outros candidatos que solicitam a mudança do gabarito para a alternativa C.

JUSTIFICATIVA:

Em relação às afirmações de que as alternativas A, C e D também estariam corretas, elas não são procedentes, uma vez que não se pode depreender da leitura do poema **Retrato** “uma descrença na vida que ficou perdida, sem que a autora percebesse a sua grandeza”. Nem tampouco se pode afirmar que haja no referido poema um tom pejorativo em relação à velhice, isto é, ao avançar da idade das pessoas e, muito menos, pode-se, ainda, afirmar que haja, nas palavras do eu-lírico do poema, amargor, que reflete solidão, após grande desilusão.

O que se é permitido ler, a partir das marcas do próprio poema, a partir, inclusive, do próprio título – Retrato - é que o eu-lírico desse poema – desenha, por meio de um sentimento de apurada observação, um autorretrato, que traz consigo uma forte reflexão sobre a vida já vivida, vivida sob a égide do caráter inexorável do tempo, o qual é implacável, forte, sem volta. O sentimento mais forte, por isso, impregnado no eu-lírico, é o sentimento de nostalgia, no seguinte sentido, definido pelo dicionário Houaiss:

3 p.ext. saudades de algo, de um estado, de uma forma de existência que se deixou de ter; desejo de voltar ao passado - < n. da vida adolescente >

O eu-lírico, numa reflexão existencial, é tomado por um sentimento de saudades (nostalgia) da época em que era jovem; época em que as marcas do tempo ainda não tinham mudado seu rosto, seus olhos, seus lábios, suas mãos, sua força, seu coração (sua percepção da vida e do mundo). É como se, através do espelho, o eu-lírico se procurasse e não mais se reconhecesse na miragem do espelho, buscando, assim, em suas memórias, pela visão do que não é mais, o que um dia já fora: jovem, cheio de vigor, de alegria, de força, de disposição, de vida. O retrato marca um momento da vida, em que as saudades do passado, do que já se foi, atrelada ao desejo de vida, presente na indagação: “Em que espelho ficou perdida a minha face?” A face a que o eu-lírico faz alusão é justamente a face representativa da pessoa que um dia, na juventude, o eu-lírico fora, responsável pelo sentimento, no eu-lírico, de nostalgia (saudades de uma época que ficou inscrita num velho retrato da memória, o qual se contrapõe ao espelho) (retrato real da vida presente – marcada pela mudança inexorável da vida, a qual ocorreu, sem que o eu-lírico percebesse).

Assim sendo, a banca considera o **recurso improcedente**.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fontes Bibliográficas:

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em:
<<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=nostalgia>>. Acesso 27 jun. 2014.

QUESTÃO 08.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

O candidato argumenta que está correta a análise sintática proposta na afirmativa II: “Em “Eu não tinha estas mãos **sem força**”, a expressão em destaque desempenha a função de complemento nominal.” Também, que na alternativa III, não se trata de pronome relativo, mas de conjunção integrante: “Em “Eu não tinha este coração **que** nem se mostra”, o termo em destaque é um pronome relativo”.

JUSTIFICATIVA:

Não procede a análise de “sem força” como complemento nominal. Segundo Cunha e Cintra (s.d., p. 135), o complemento nominal completa o sentido de um substantivo, adjetivo ou advérbio, aos quais se liga por preposição. Portanto, a palavra cujo sentido é completado deve exigir, por si, uma informação além. Observemos os exemplos dados pelos autores:

O pior é a demora **do vapor**.
Tinha nojo **de si mesma**.
Ninguém teve notícia **dele**.
A vida dele era necessária **a ambas**.

Caso as sentenças anteriores fossem escritas ou lidas até as últimas palavras sem o destaque (e considerando que as informações complementares não pudessem ser apreendidas pelo contexto comunicativo), haveria lacuna para a compreensão e, muito provavelmente, o interlocutor faria perguntas, tais como: demora do quê? Nojo se quê ou de quem? Notícia de quem? Necessária a quem?

Já quando se trata de adjunto adnominal, este é um termo adjetivo, que especifica ou delimita o significado de um substantivo. “Mãos”, por si, não é um vocábulo que requeira complemento. No caso em questão, ao olhar para as mãos e dizer que não as tinha, o eu lírico diz que não as tinha daquela forma, ou seja, fracas, sem força. Assim, a locução “sem força” está caracterizando mãos e, ao mesmo tempo, delimitando o sentido pretendido, para que o interlocutor não entenda, por exemplo, que o eu lírico tinha uma mutilação física.

Portanto, as palavras em a, b, c e d, por sim, exigem complementos: demora de algo ou alguém; nojo de algo ou alguém; notícias de alguém ou a respeito de algo; necessário a alguém (se ‘para algo’, adjunto adverbial final). Ao contrário de “mãos”. Para essa palavra, talvez se pergunte de quem. Mas, nesse caso, trata-se ainda de adjunto adnominal.

Por fim (a esse respeito), ressaltamos que, tal como no verso em análise, há, sim, a possibilidade de um adjunto adnominal ser regido por preposição. E é exatamente na situação de emprego desta que pode existir alguma confusão com o que seria complemento nominal.

Já quanto ao argumento de que em III há uma conjunção integrante, e não um pronome relativo, segundo os mesmos autores Cunha e Cintra (s.d., p. 586-587), “As ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS vêm normalmente introduzidas por um PRONOME RELATIVO, e exercem a função de ADJUNTO ADNOMINAL de um substantivo ou pronome antecedente”. “A ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA pode, como todo ADJUNTO ADNOMINAL, depender de qualquer termo da oração, cujo núcleo seja um substantivo ou um pronome: SUJEITO, PREDICATIVO, COMPLEMENTO NOMINAL, OBJETO DIRETO, OBJETO INDIRETO, AGENTE DA PASSIVA, ADJUNTO ADVERBIAL, APOSTO e, até mesmo, VOCATIVO.” (destaques dos autores). Assim, primeiramente, a oração em análise é adjetiva por ser introduzida por pronome relativo, o qual, segundo Azeredo (2008), trata-se de uma palavra com função anafórica (ao retomar um antecedente), conectiva e sintática (exerce a função de sujeito, complemento ou adjunto na oração):

“Eu não tinha este coração **que** nem se mostra”
 o qual nem se mostra
 o coração nem se mostra
 ele nem se mostra

Na oração que constitui o gabarito da questão, o pronome “que” retoma “coração” (um substantivo, núcleo do objeto direto: “este coração”) e exerce a função sintática de sujeito, conforme mostrado em b e c.

Os autores Cunha e Cintra ainda conceituam que, quando se trata de orações subordinadas adjetivas restritivas (o caso em análise), estas limitam, restringem a significação do substantivo, sendo, pois, indispensáveis ao sentido da frase. Ainda, ligam-se ao antecedente sem pausa, sem vírgula. Em III, não podemos interpretar que o eu lírico não tinha o coração. Ele não o tinha sob aquela condição: um coração que não se mostra. Ou seja, a oração introduzida por “que” está restringindo o sentido de “coração”.

Além disso, para se tratar de conjunção integrante, o “que” deveria estar introduzindo uma oração subordinada substantiva. Logo, “que nem se mostra” deveria exercer função sintática de sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal ou aposto. No contexto em análise, a oração exerce papel equivalente ao de um adjunto adnominal: caracterizando, especificando.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fontes Bibliográficas:

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.].

QUESTÃO 10.

Situação: IMPROCEDENTE

RECURSO:

Os candidatos solicitam a anulação da questão, afirmando que o item III da questão, considerado no gabarito preliminar como correto, não é correto, uma vez que trata de palavras compostas, nas quais se utilizam hífen, formadas pela justaposição de duas outras palavras, tais como segunda-feira e os demais dias da semana; no entanto, argumentam que sábado e domingo não são palavras compostas por justaposição. Outro candidato traz o seguinte recurso: “a palavra segunda-feira ...composta por justaposição de OUTRAS duas palavras... Sinceramente, tentei entender onde estavam essas OUTRAS duas palavras. sendo que só há duas palavras justapostas segunda + feira. Ficou confuso esse item e lendo nos leva ao erro”.

JUSTIFICATIVA:

O item III da prova encontra-se correto. Afirma que “a palavra segunda-feira não pode ser escrita sem hífen, por se tratar de palavra composta pela justaposição de outras duas palavras, assim como os nomes dos demais dias da semana”. Essa afirmação é correta, uma vez que os demais dias da semana que são formados pelo mesmo processo de formação de palavras – **o da justaposição de outras duas palavras** são os dias: terça-feira; quarta-feira; quinta-feira e sexta-feira. Ou seja, a palavra segunda-feira é formada por outras duas palavras: um numeral – ‘segunda’ – e um substantivo – ‘feira’ – que possuem significados independentes e diferentes individualmente; ao serem colocados juntos por justaposição assumem um novo significado. O mesmo ocorre com os demais dias da semana que são estruturados pelo processo de justaposição de duas outras palavras e, que, portanto devem apresentar o hífen.

Assim, não havia plausibilidade em que os candidatos considerassem sábado e domingo como dias da semana a serem considerados na análise da questão, porque tanto sábado quanto domingo são substantivos simples, isto é, substantivos formados por uma só palavra. Assim, inerente ao conteúdo solicitado nessa questão, está o conhecimento e a compreensão de que sábado e domingo não poderiam ser palavras consideradas dentre os demais dias da semana, visto não serem palavras compostas nem formadas pela junção de duas outras palavras, conforme segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira que são formadas, pela justaposição de um numeral + um substantivo. Portanto, não resta dúvida que ao explicitar que “a palavra segunda-feira não pode ser escrita sem hífen por se tratar de palavra composta pela justaposição de outras duas palavras”, a questão está abordando a utilização do hífen, fato este que somente poderia ser aplicado aos outros dias da semana formados por palavras compostas por justaposição.

A banca considera o **recurso improcedente**.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que o recurso é improcedente.

Fontes Bibliográficas:

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

Nível: Superior

Área: Noções de Informática

QUESTÃO 16.

Situação: Improcedente

RECURSO:

Ilustríssima banca examinadora, venho requerer a anulação da questão pelos motivos abaixo:

A questão requer que seja indicado o retorno correto da fórmula proposta: =SE(A1>=0;SOMA(B1:D1);SOMA(B3:D3)). Argumento: É necessário salientar que a função SE só é efetiva para retornar o resultado do teste lógico corretamente caso a planilha eletrônica esteja instalada COM O IDIOMA PORTUGUÊS DO BRASIL. Segue a página oficial do suporte da Microsoft que documenta no Excel a função IF, utilizada no software instalado com o idioma inglês: <http://office.microsoft.com/pt-br/excel-help/funcao-if-dax-HA102838240.aspx>. Isso mostra que as funções utilizadas em planilhas eletrônicas podem variar de acordo com o idioma instalado. Portanto, para que este item esteja correto, é necessário no início da questão ter em destaque a planilha utilizada no exemplo EM SUA CONFIGURAÇÃO PADRÃO E COM O IDIOMA PORTUGUÊS DO BRASIL. Sem esse termo em destaque na questão, a questão pode não possuir qualquer resposta correta, pois dependendo do idioma instalado na planilha eletrônica, o resultado do mesmo teste lógico proposto seria retornada através da fórmula =IF(A1>=0;SOMA(B1:D1);SOMA(B3:D3)), por exemplo. Desse modo, abrindo brecha para que não haja qualquer alternativa correta, essa questão deve ser anulada.

JUSTIFICATIVA:

O enunciado da questão deixa bem claro o que está sendo pedido em um simples cálculo envolvendo a Função SE. A princípio, entende-se que a função condicional "se" é utilizada para retornar um determinado resultado mediante a um teste lógico referente ao valor contido em uma célula indicada. A ela são passados três argumentos inseridos entre parênteses e separados pelo sinal “;” (ponto e vírgula):

Descrição dos argumentos:

- Teste lógico: verifica uma condição estabelecida.
- Valor se verdadeiro: apresenta um resultado caso a condição estabelecida seja satisfeita.
- Valor se falso: apresenta um resultado caso a condição estabelecida não seja satisfeita.

A forma de montar a Função é a seguinte:

=SE(Teste Lógico;Valor se Verdadeiro;Valor se Falso)

No caso da questão a fórmula é a seguinte: =SE(A1>=0;SOMA(B1:D1);SOMA(B3:D3)), onde o teste lógico indica que a célula A1 é menor que 0, fazendo com que o cálculo a ser feito é a SOMA dos valores de B3 até D3, ou seja =2+4+6, resultando então no valor 12.

Portanto, a alternativa C está CORRETA.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fonte:

http://www.fundacaobradesco.org.br/vv-apostilas/ex_pag49n.htm

www.etepiracicaba.org.br/cursos/apostilas/aplicativos/formulas_excel.pdf

QUESTÃO 18.

Situação: Improcedente

RECURSO:

O candidato faz o seguinte julgamento:

Analisando a questão, evidenciou-se que a banca considerou como ?certa? o item ?B?, no entanto há também outro item correto, o ?D?, uma vez que Servidor é um sistema de computação centralizada que fornece serviços a uma rede de computadores. Esses serviços podem ser de natureza diversa, como por exemplo, arquivos e correio eletrônico, os quais são disponibilizados através da linguagem de sites, o hipertexto, decodificado por protocolos. Os computadores que acessam os serviços de um servidor são chamados clientes. As redes que utilizam servidores são do tipo cliente-servidor, utilizadas em redes de médio e grande porte tanto a internet, quanto a intranet (com muitas máquinas) e em redes onde a questão da segurança desempenha um papel de grande importância. O termo servidor é largamente aplicado a computadores completos, embora um servidor possa equivaler a um software ou a partes de um sistema computacional, ou até mesmo a uma máquina que não seja necessariamente um computador. O item da referida questão está correto e coerente quando afirma que Servidor é uma rede de computadores que fornece informações na Internet/Intranet em forma de hipertexto. Com isso solicita-se a estimada banca que considere o argumento supracitado, e anule a referida questão.

JUSTIFICATIVA:

Segundo a alternativa D Servidor é uma rede de computadores que fornece informações na Internet/Intranet em forma de hipertexto. Essa afirmação está incorreta, porque um servidor (uma única máquina) não é uma rede de computadores, pois uma rede de computadores é um conjunto de computadores (locais ou remotos) interligados entre si (de forma total ou parcial) de tal maneira de possibilitar a comunicação de dados localmente e/ou remotamente, incluindo todos os equipamentos eletrônicos necessários à interconexão de dispositivos, tais como microcomputadores e impressoras. Esses dispositivos que se comunicam entre si são chamados de nós, estações de trabalho, pontos ou simplesmente dispositivos de rede. Bastariam só dois computadores, ou nós, como o número mínimo de dispositivos necessários para formarmos uma rede, (E NÃO UM SERVIDOR COMO É MENCIONADO NA QUESTÃO).

Uma rede de computadores é um conjunto de dois ou mais dispositivos (também chamados de nós) que usam um conjunto de regras (protocolo) em comum para compartilhar recursos (hardware, troca de mensagens) entre si, através de uma rede. Portanto, a alternativa CORRETA é a letra B.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fonte:

Miranda, M.Sc./D.Sc. ANIBAL D. A. INTRODUÇÃO ÀS REDES DE COMPUTADORES. 1. ed. Vila Velha, 2007.

http://pt.wikibooks.org/wiki/Redes_de_computadores/Introdu%C3%A7%C3%A3o

QUESTÃO 19.

Situação: Improcedente

RECURSO:

A questão 19 deve ser nula porque @, em informática não é apenas um caractere, como um espaço, uma letra ela é um símbolo tipográfico, na questão onde fala símbolo em outras questões, colocou a certa como caractere.

A questão pergunta com relação a forma de endereçamento e esta não é preciso conter o @ para ser acessado, pois o provedor completa esta informação de forma automática

JUSTIFICATIVA:

Para se informar um endereço de email correto e completo para o recebimento de correspondências via correio eletrônico, a sintaxe é login@provedor, onde:

- login: ou usuário, ou conta. Designa um único usuário associado a um provedor.
- @: O símbolo arroba, em inglês, significa "at" (em algum lugar).
- Endereço do provedor: designa o endereço do provedor.

Portanto, para usar o correio eletrônico é necessário ter um endereço de e-mail, algo parecido com: *seunome@nomedoseuprovedor*

Portanto a alternativa D está CORRETA.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fonte:

<http://www.cultura.ufpa.br/dicas/net1/mailtipo.htm>

Nível: Superior

Área: Raciocínio Lógico

QUESTÃO 11.

Situação: Improcedentes

RECURSO:

Os recursos solicitam a mudança do gabarito.

JUSTIFICATIVA:

Alternativa correta é a letra C.

Consequência do Princípio Fundamental da Contagem: no caso de eventos sucessivos e independentes o conectivo "e" está associado a multiplicação. E, se não existe interseção (caso de eventos mutuamente exclusivos), o conectivo "ou" está associado à soma.

Conforme enunciado: "... a pessoa P levou pouco dinheiro, devendo **escolher se comprará uma blusa ou se comprará uma saia...**", é um caso de eventos mutuamente exclusivos que está associado à soma e não de multiplicação. Já a pergunta do enunciado é específica: "Em quantas maneiras poderá resultar a compra da pessoa P?", ou seja, de quantas maneiras ou forma de escolha poderá resultar a compra da pessoa P e não quantos objetos foram comprados.

Ainda, pelo princípio da contagem tem-se: modelo de blusas 5 ou modelos de saias 6, segue-se $5 + 6 = 11$.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fonte Bibliográficas:

- ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática, São Paulo: Nobel, 2002.
- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 1, Atual, 2004.

QUESTÃO 12.

Situação: Procedente

RECURSO:

Os recursos solicitam a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

Devido a quantidade insuficiente de números apresentados na sequência no enunciado da questão, chega-se à conclusão que é possível ter mais de uma lei de formação. Portanto, gerando mais de uma possibilidade de resposta. Desta forma, o recurso é procedente.

A Banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

Fonte Bibliográficas:

- ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática, São Paulo: Nobel, 2002.
- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 1, Atual, 2004.

QUESTÃO 13.

Situação: Improcedente

RECURSO:

Os recursos solicitam a mudança do gabarito.

JUSTIFICATIVA:

Alternativa correta é a letra B.

No enunciado da questão tem-se: “Todo jogador de futebol é bom de bola. Nenhum americano é bom de bola.” Utilizando os diagramas lógicos para resolução pode-se concluir que:

- o conjunto formado por jogadores de futebol está contido no conjunto formado pelos bons de bola e
- não há interseção entre os conjuntos, formado pelos bons de bola e o formado pelos americanos.

Podendo concluir facilmente que nenhum jogador de futebol é americano.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fonte Bibliográficas:

- ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática, São Paulo: Nobel, 2002.
- IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 1, Atual, 2004.

QUESTÃO 15.

Situação: Improcedente

RECURSO:

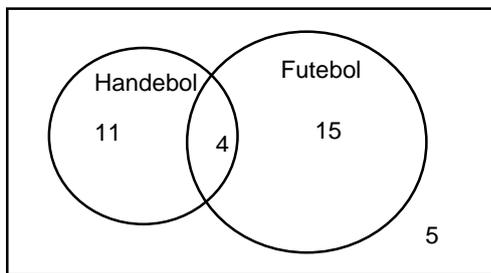
Os recursos questionam o conteúdo programático utilizado.

JUSTIFICATIVA:

Alternativa correta é a letra A.

Em seu anexo IV, o edital, entre outros conteúdos, prevê lógica de argumentação e diagramas lógicos. O item em questão pode ser resolvido por diagramas lógicos: utiliza-se de diagramas como uma representação gráfica de proposições relacionadas a uma questão de raciocínio lógico.

Portanto, o conteúdo é contemplado no concurso. Segue a resolução utilizando diagramas lógicos, concluindo que 4 alunos praticam ambos os esportes (valor representado na interseção dos conjuntos):



Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

Fonte Bibliográfica:

- ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática, São Paulo: Nobel, 2002.